

Neoconservadorismo e Crise Social: o impacto de ideologias nefastas de extrema direita na Assistência Social brasileira após 2016

Diego da Conceição Piedade¹

<https://orcid.org/0000-0003-0845-1933>

Resumo

Esta análise, integra a pesquisa de doutoramento realizada entre os anos de 2017 a 2023 e dedica-se a examinar a investida neoconservadora que se consolidou no Brasil após os acontecimentos políticos de 2016. Esta nova dinâmica ideológica, que ganhou forma nos governos subsequentes, impôs transformações significativas, especialmente no que tange às políticas e aos pressupostos da Assistência Social. A confirmação dessa ofensiva teve seu momento crucial no curso de 2016, que, embora mascarado de legalidade, atuou como um conluio político destinado a reconfigurar o panorama social do país. Defendemos que o neoconservadorismo serve como uma ferramenta analítica fundamental para desvendar as articulações políticas e sociais da era contemporânea. Essa perspectiva é vital, pois ela não apenas evidencia a continuidade de condições sociais adversas, mas também cimenta o que denominamos Estado antissocial, cujas consequências recaem de forma desproporcional sobre a população negra brasileira.

Palavras-Chave: Neoconservadorismo; Estado Assistência Social; Racismo; Nova direita.

Neoconservatism and Social Crisis: the impact of nefarious far-right ideologies on Brazilian social assistance after 2016

Abstract

This analysis is an integral part of a doctoral research conducted between 2017 and 2023, dedicated to examining the neoconservative offensive that took hold in Brazil after the political events of 2016. This new ideological dynamic, which took shape in subsequent governments, imposed significant changes, especially regarding the policies and principles of Social Assistance. The confirmation of this offensive had its crucial moment in 2016, which, although masked by legality, acted as a political conspiracy aimed at reconfiguring the country's social landscape. We argue that neoconservatism serves as a fundamental analytical tool for uncovering the political and social articulations of the contemporary era. This perspective is vital because it not only highlights the continuity of adverse social conditions but also solidifies what we call the Antisocial State, whose consequences fall disproportionately on the Black Brazilian population.

Keywords: Neoconservatism; State; Social Assistance; Racism; Far-right.

Tramitação:

Recebido em: 06/10/2025

Aprovado em: 25/10/2025

¹ Professor do Curso de Serviço Social da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2023). Mestre em Política Social pela Universidade de Brasília - UNB (2017). Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB (2015). Atuou como Consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD em acordo de Cooperação Internacional com a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia - SJDHDS na Superintendência de Assistência Social, vinculado ao TR 003/2021, na CPSE/Central Estadual de Acolhimento. É Professor dos cursos do CAPACITASUAS - BA. Pesquisador nas áreas de Movimentos Sociais da Juventude, Relações Raciais, Políticas Sociais, especialmente: Assistência Social, Educação permanente do SUAS, Sistemas de Proteção Social e sua relação com os dilemas do Trabalho. E-mail: diegocpiedade@unilab.edu.br



Introdução

O artigo em tela, propõe uma análise crítica acerca da prevalência da dimensão antissocial do Estado no contexto contemporâneo. Sendo assim, tomamos como centralidade a elucidação do seu caráter profundamente seletivo no que se refere a distribuição desigual das suas contradições. Argumentamos que o perfil de atuação do Estado, revela uma persistente tendência à ação vilipendiadora, particularmente dirigida às populações historicamente marginalizadas, com ênfase nas comunidades pobres e negras.

200

Reconhece-se que o Estado, em sua complexidade, desempenha a função de proporcionar um grau mínimo de acesso a políticas sociais, contudo, compreendemos também, que recai como um peso a prevalência de um perfil de atuação violenta direcionado a segmentos populacionais específicos. Postulamos que tal violência não constitui uma exceção, mas sim o padrão normativo na interação com grupos historicamente vulnerabilizados. Ademais, o entrelaçamento de ideologias deletérias, notadamente o racismo, o neoliberalismo e o neoconservadorismo, atuam como catalisadores que intensificam e impulsionam a pulsão de morte.

Nesta direção, apresentando um recorte das reflexões realizadas na tese de doutorado em 2023, intitulada: Racismo, Autoritarismo e Neoliberalismo na trajetória da Assistência Social brasileira: entrecruzamentos na travessia do desenvolvimento institucional, neste trabalho vamos nos aproximar dos processos históricos contemporâneos, que tem o neoconservadorismo como chave de análise.

Sendo assim, na primeira parte, trazemos algumas reflexões sobre o Estado Social e a prevalência da sua face antissocial para pobres e negros no capitalismo brasileiro; no segundo momento, nos aproximamos dos movimentos políticos, que caracterizamos enquanto neoconservadores, após o conluio entre burguesia, militares e políticos, pós 2016.

O Estado Social e sua face antissocial no capitalismo brasileiro

Nesta seção, o foco da discussão recai sobre o Estado social capitalista. O objetivo é analisar as determinações históricas, jurídicas, sociais e econômicas que constituem e regulam as relações sociais, que por sua vez, são um campo de disputa pela orientação desse Estado. A análise será conduzida a partir da sua manifestação mais visível e mediada pelas políticas sociais brasileiras.

Sendo assim, a análise central se dedica ao entrelaçamento entre o Estado Social e o Estado antissocial, com foco na preponderância deste último. Por essa razão, a construção de



um referencial teórico robusto é fundamental e se justifica pelos argumentos que serão detalhados a seguir.

A própria noção de Estado Social já carrega contradições inerentes, as quais estão enraizadas na história, no modo de produção capitalista e em diferentes abordagens teóricas. Consequentemente, a sua utilização sem uma delimitação teórica precisa pode levar a uma indefinição conceitual.

Então, é necessário corroborar com Boschetti (2016), ao adotar o termo Estado Social, pois, me refiro “a regulação estatal das relações econômicas e sociais no capitalismo, que tem nas políticas sociais uma determinação central” (Boschetti, 2016, p. 23). Ou seja, “não se trata somente de indicar uma escolha aleatória de nomenclatura, mas de assumir e explicitar uma posição teórico-política que busca precisar o sentido das políticas sociais no capitalismo” (Boschetti, 2016, p. 23).

Da mesma forma, a concepção de Estado antissocial também merece destaque. A necessidade de uma delimitação rigorosa reside no fato de que este não se manifesta apenas pela omissão e pela punição. Ele também age de forma ativa, fornecendo mecanismos sociais e econômicos que, em conjunto com as contradições intrínsecas ao modo de produção e impulsionados pelo racismo, produzem sofrimento e morte.

Para essa análise, é crucial observar uma tendência que tem acompanhado a evolução do Estado antissocial: as estratégias de workfare. Conforme argumenta Wacquant (2003), essas estratégias, no âmbito das políticas de intervenção social, impõem o cumprimento de rituais inerentemente humilhantes, destinados a comprovar o merecimento da proteção. Tais mecanismos obrigam os indivíduos a aceitarem qualquer forma de trabalho, geralmente em condições degradantes, sem lhes conceder a autonomia de escolha. Assim, os posicionam em uma espécie de "antesala" das políticas de proteção social. Como nos afirma Boschetti (2016),

designar de “Estado social” a regulação econômica e social efetivada pelo Estado no capitalismo tardio não significa atribuir ao Estado uma natureza anticapitalista, e menos ainda lhe atribuir qualquer intencionalidade de socializar a riqueza por meio de políticas sociais (2016, p. 24),

Argumento que este Estado também se revela avesso a qualquer abordagem antirracista, dadas as incursões violentas que oprimem os trabalhadores e resultam no extermínio da população negra nas periferias. Nessa perspectiva, entendo que esse mesmo Estado, embora permeado pelas contradições inerentes ao capitalismo, opera por um lado, simultaneamente a

provisão de direitos sociais mínimos para a classe trabalhadora, e por outro lado, normatiza e normaliza a opressão, característica do classismo burguês por meio da distribuição de poder. Este último, no entanto, é acessível apenas a uma parcela mínima da sociedade, que se beneficia dos privilégios e benesses econômicas e jurídicas do Estado.

E neste aspecto, Boschetti (2016, p. 132), vai apontar que esse Estado Social, jamais teve a intenção de consolidar “o bem-estar ou o bem comum, nos termos defendidos por perspectivas regulacionistas de cariz social-democrata”. Já Osorio (2017), evidencia a arena de disputa por este Estado, informando que,

o Estado é a condensação das correlações de forças. Se diversas classes sociais (e outros grupos) atuam e se desenvolvem na sociedade, todas elas buscam alcançar seus interesses. Em diversos graus, o Estado tem a particularidade de assumir demandas e posições de todas as classes, frações e setores. Porém, assume-as com a condição de que há classes que detêm o poder político e outras não. Dessa forma, muitos interesses sociais adquirem expressão na vida em comum, mas com limitações estabelecidas pelos interesses dos grupos sociais dominantes (Osorio, 2017, p. 27).

No contexto específico da população negra, que segundo as estimativas dos institutos de pesquisa por amostragem (por exemplo: IBGE) representa a maior parte dos brasileiros, a luta por espaços nas estruturas estatais sempre foi marcada por uma violência institucional e por um profundo desprezo por parte dos grupos dominantes. Essa dinâmica histórica toma o Estado, consolidando um projeto específico para a população negra e pobre, que se baseia em coerção e punição.

Então, a justificativa para a conceituação do Estado enquanto “antissocial”, reside, portanto, na intuição de que a população negra atravessa a história do Brasil sendo vitimada pelas piores condições sociais, econômicas, políticas e jurídicas, racionalizadas pelo Estado. Sendo assim, é crucial questionar se este Estado algum dia foi, de fato, “social” ao considerarmos as disparidades raciais que se arrastam na história brasileira. Destarte, evidenciamos como essa faceta antissocial se manifesta de maneira desproporcionalmente punitiva para a população negra.

É óbvio que o Estado não atua (e nunca atuou) sozinho, assim como é óbvio que ele não está (e nunca esteve) isento de responsabilidades ao avalizar e assegurar poderes coercitivos da competição capitalista que sempre teve no lucro o objetivo principal. O que eu quero salientar, com essas indagações é o fato de o caráter antissocial e coercitivo do Estado, hoje exacerbado, não ser

exclusivo dele. Em verdade, esse caráter é gestado na sociedade, isto é, nas relações econômicas e políticas de exploração do trabalho pelo capital e na luta incessante da burguesia pelo domínio do poder (Pereira-Pereira, 2009, p. 213).

Neste sentido, definimos o Estado social capitalista como a capacidade de assumir “importante papel na regulação das relações econômicas e sociais, tendo por base a constituição de um sistema de proteção social de natureza capitalista, assentado em políticas sociais [...]”. (Boschetti, 2016, p. 28).

Em uma perspectiva diferente, o Estado antissocial não representa uma simples transição ou abandono da forma de regulação estatal, ou como já apontado, a contradição entre prover e não prover já é um traço constitutivo do próprio Estado social capitalista. Contudo, o que define a sua natureza antissocial, especialmente para as populações pobres e negras, é a intensificação da negação de direitos, da omissão e, principalmente, da punição.

Acerca desta perspectiva, Pereira-Pereira (2009, p. 212), vai destacar que “tudo indica que o Estado está se restringindo novamente ao seu núcleo duro, que tem na coerção e no controle social (do Estado sobre os indivíduos) a sua essência” e continua “mas, até mesmo esse papel é determinado, compartilhado, quando não desenvolvido por parcelas da sociedade”.

É necessário aprofundar as afirmações sobre a mudança no perfil do Estado, ou, ainda, questionar se em algum momento da história brasileira houve um “abrandamento” na criminalização da pobreza ou da violência contra a população pobre e negra. Estou convencido de que o Estado antissocial sempre se configurou como regra na vida dessas populações, mesmo quando conseguiram acessar as estruturas estatais mais básicas.

Nesse contexto, podemos recorrer ao processo de desvirtuamento que governos neoconservadores vão implementar também no campo da assistência, pois, ao invés de proteção, o que se apresenta é a pulsão de morte, que vilipendia desigualmente brancos e negros. É nesta direção que iremos caminhar na próxima seção, analisando como a união de agentes do neoconservadorismo buscaram assentar, por meio de uma manobra fraudulenta e combinada, a dilapidação dos avanços no campo dos direitos sociais.

A ruptura pós-2016: a extrema direita e a consagração de um Estado antissocial contra a população pobre e negra

Iniciaremos esta seção, tecendo considerações sobre a ofensiva neoconservadora no Brasil que se instalou nos governos que ascenderam ao poder após o marco de 2016, tendo como



ponto central da nossa análise, a forma como essa ofensiva moldou as abordagens em relação à Assistência Social. No caso específico do conluio materializado em 2016, travestido de “impeachment” legal, a confirmação dessa investida seguiu passos específicos que serão demonstrados por meio das elaborações de Badaró (2020), ao afirmar que,

no primeiro semestre de 2016, com base em acusações frágeis de irregularidades na matemática orçamentaria, o Congresso Nacional, sob a liderança de um presidente da Câmara dos Deputados que meses depois seria preso por corrupção, votou o impedimento de Dilma Rousseff e abriu caminho para a posse de seu vice, Michel Temer. Temer se apresentou com um programa de máxima austeridade e avançou bastante na retirada de direitos dos trabalhadores, com alterações significativas na legislação trabalhista, congelamento das despesas não financeiras do orçamento da União por vinte anos e o início da discussão sobre uma reforma da previdência que dificultaria muito o acesso à aposentadoria para uma parcela expressiva da população (Badaró, 2020, p. 161).

A ofensiva em análise foi deflagrada a partir da ascensão de um governo sem legitimidade, consolidado por meio de acordos questionáveis. Este arranjo político foi fundamentalmente estabelecido com o propósito de executar uma deterioração radical nas condições de vida, atingindo de modo mais severo a população pobre e negra. Ainda, segundo esse autor, esse governo operou no sentido de tentar “levar ao extremo a pauta mais agressiva do grande capital, voltada para a recuperação das taxas de lucro, centralmente através da redução do custo da força de trabalho e da transferência de fundo público para o setor privado” (Badaró, 2020, p. 161).

Desse modo, como já afirmamos, o neoconservadorismo emerge como um conceito essencial para a análise dos arranjos políticos e sociais atuais. Sua relevância reside na capacidade de evidenciar a continuidade de condições prejudiciais que culminam naquilo que o presente estudo define como Estado antissocial direcionado à população negra do Brasil.

Ratificamos, portanto, a compreensão de que a amalgama entre o neoconservadorismo, o racismo, o autoritarismo e o neoliberalismo impulsionam a pulsão de morte estrutural no contexto capitalista do Brasil.

Ademais a relevância dos movimentos neoconservadores atuais é inegável, sendo que após terem contribuído historicamente para a desregulação entre o razoável e o inescrupuloso, nos últimos anos eles se destacaram por serem louvados socialmente como o modelo ideal de sociabilidade.

Com isso, chamo a atenção para a capacidade do neoconservadorismo de absorver e converter as piores condições de vida em elementos aceitáveis e inerentes à sociedade. Essa prerrogativa o eleva a uma categoria central de análise, afinal, a permanente (in) condição da população negra brasileira só se perpetua também, pela racionalização de uma conjunção de ideologias que legitimam e naturalizam seu histórico de opressão.

Esta dinâmica neoconservadora ecoa a tradição da direita que historicamente normaliza a utilização de quaisquer expedientes para concretizar seus objetivos. Entre esses expedientes, destaca-se o estímulo a um mundo do trabalho cada vez mais precário e extenuante, uma condição que se intensifica brutalmente em função da questão racial.

Ademais, essa ideologia alinha-se à tônica do capital. Em períodos de crise, sejam elas políticas ou econômicas, o capital sistematicamente busca teorias redentoras que prometam reverter as perdas e reestabelecer o funcionamento de seu padrão de acumulação. De acordo com Camila Potyara (2020),

a partir da segunda metade da década de 1970, com a derrocada do modelo intervencionista keynesiano que marcou, especialmente após o fim da Segunda Guerra Mundial, as ações políticas e econômicas das nações capitalistas centrais, ideias neoconservadoras e neoliberais, forjadas por grupos de intelectuais estadunidenses, desde os anos 1940, foram resgatadas (Potyara, 2020, p. 121).

O discurso que sustenta essas ideologias nefastas encontra sua legitimação principal na ocorrência de momentos de grave turbulência nos cenários político e econômico. Nesses contextos, as proposições são articuladas como uma resposta ao que se rotula como uma proliferação irresponsável de investimentos estatais em bens, serviços e programas de utilidade coletiva, tendo em vista que os “neoliberais e neoconservadores também assistiram, a partir das duas décadas precedentes (1950 e 1960), à emergência de movimentos sociais e contraculturais que atuavam em resistência ao racismo, ao machismo [...]” (Pereira, 2020, p. 122).

Assim, a atuação e a penetração dos ideários neoconservadores na sociedade são substanciadas pela manipulação da verdade nos campos histórico, político e econômico. O falseamento desses pilares cognitivos serve, portanto, como o principal mecanismo para o seu enraizamento prático, bem como para assentar a “nova direita”, “resultado da fusão entre o neoliberalismo econômico e o neoconservadorismo político, social e cultural” (Pereira, 2020, p. 122).



Esta autora contribui também, informando que essa ideologia, ao se fundir “assumem o lugar de ferozes combatentes contra o Estado social e seus elevados gastos públicos, ao mesmo tempo que lutam pela conservação de valores tradicionais”² (Pereira, 2020, p. 122). Neste sentido, toma-se como essencial “a defesa da família patriarcal; da moral ‘humanista’ e a consequente desvalorização de demandas de grupos específicos; da meritocracia; do trabalho como reparador de caráter; da retidão e da obediência [...]” (Pereira, 2020, p. 122).

A experiência histórica da população negra demonstra que o aparato estatal sempre operou como uma força intrinsecamente antissocial, desmobilizando direitos e intensificando a vulnerabilidade. Este fenômeno não é acidental, mas sim o resultado de uma aliança ideológica perversa, onde o neoconservadorismo, propulsionado pelo racismo estrutural e armado pelo autoritarismo, encontra no neoliberalismo seu principal catalisador econômico. Essa confluência de forças ideológicas estabelece uma matriz de dominação que se manifesta em opressões sistemáticas.

Essa articulação é crucial, pois revela que a degradação contínua de certos grupos populacionais está diretamente ligada à lógica de acumulação das elites. Ao longo da história brasileira, o vilipêndio da vida e dos direitos da população negra tem servido como premissa para o enriquecimento da classe dominante, anteriormente burguesa, hoje capitalista. Nesta conjuntura, os conceitos de trabalho e punição se fundem, sendo o primeiro constantemente apresentado por meio de uma “flexibilização” que, na prática, apenas concretiza a precarização laboral, funcionando como uma penalidade econômica permanente.

Para que essa ideologia destrutiva se fixe e se naturalize no tecido social, a participação ativa do Estado é indispensável. Longe de ser um ente neutro, o Estado atua como o agente racionalizador da opressão neoconservadora, garantindo a sua perpetuação através de suas estruturas legais, securitárias e econômicas. Não há enraizamento de ideologias perversas sem uma ação contínua e institucionalizada que valide e materialize a desigualdade racial como um padrão aceitável e necessário para a manutenção da ordem vigente.

² “Não constitui exagero afirmar que a Nova Direita se tornou, a partir dos anos 1980, o mais renitente opositor do padrão de proteção social de cunho solidário, da era do *Welfare State* keynesiano, por considerá-lo moral e cognitivamente incompatível com as noções de liberdade e dignidade pessoal, propugnadas por seus mentores, adeptos do *Workfare State* desde então invocado. De fato, tanto a vertente neoliberal quanto a neoconservadora que compõem esta miscigenada corrente neodireitista, não apenas demandam uma nova era da política social, como também exigem um Estado dotado de um novo perfil mais “do bem-estar” incondicional, como direito – que ratifica a reconstituição, pelo capitalismo recente, descrito como pós-industrial, pós-moderno [...] da relação entre trabalho e cidadania” (Pereira, 2020, p. 112).



Como afirma Iasi (2017, p. 267), acerca da relação entre dominação e ideologia, “[...] toda forma de exploração é, inevitavelmente, uma forma de dominação. A dominação não é um ato simples que resulta do mero uso da força, ainda que esta seja um meio indispensável”.

O papel do Estado como agente racionalizador transcende a mera aplicação de políticas; ele opera fundamentalmente no campo da legitimação ideológica. No que concerne às políticas sociais, a implementação de medidas de interesse do mercado, invariavelmente materializadas por meio de cortes orçamentários exige uma preparação cuidadosa do campo social e discursivo. Seria inviável impor abruptamente a descontinuidade de serviços essenciais sem antes esvaziar o significado intrínseco dessas políticas na vida da população, sobretudo para o segmento negro e periférico.

É neste ponto que o neoconservadorismo demonstra sua astúcia estratégica: ele se apropria do aparato estatal para falsear o sentido da proteção social. A garantia da vida e a redução da vulnerabilidade, que deveriam ser tratadas como pautas civilizatórias necessárias, são transmutadas em uma pauta moral de austeridade. O discurso é sutilmente deslocado da necessidade social para a responsabilidade individual e a "poupança" fiscal.

Assim, a lógica de que o dinheiro arrecadado dos trabalhadores deve ser "supostamente acumulado" para futuras gerações serve como uma cortina de fumaça. Essa retórica da eficiência e prudência fiscal encobre a verdadeira intenção: a desvinculação de recursos que poderiam mitigar as desigualdades estruturais. O que se configura, na realidade, é o abandono da função social do Estado em favor da acumulação privada, onde a proteção social é rebaixada de um direito a um ônus financeiro, justificando, assim, a sua sistemática desmantelamento.

De acordo com Pereira (2020), esse Estado neodireitista,

a) “coopta e desvirtua os movimentos sociais, esvaziando seus caracteres anticapitalistas originais, convertendo-os em meras instancias de luta por representatividade identitária”; b) “exalta o indivíduo enquanto dilapida suas possibilidades reais de organização coletiva e de exercício democrático” e c) “sob o véu mistificador de argumentos racionais, neodireitistas posicionam-se contrários à proteção social comprometida com o atendimento de necessidades sociais [...]” (Pereira, 2020, p. 131)

A análise da longa inserção histórica da população negra em um quadro de sofrimento é vital para desvelar a engenharia ideológica do neoconservadorismo. Um de seus papéis centrais é o falseamento da realidade nacional, um mecanismo essencial para a sustentação do status quo opressor. Ao infundir um senso artificial de harmonia social e ressuscitar o mito da

democracia racial, essa ideologia mascara a violência cotidiana da opressão estrutural. Tal estratégia não visa apenas negar a existência do racismo; ela atua para naturalizar os indicadores que atestam a ausência de mobilidade social para os negros. O baixo nível de ascensão econômica, a precarização do trabalho e as elevadas taxas de vulnerabilidade deixam de ser vistas como produtos da estrutura racista e passam a ser interpretadas, pelo senso comum neoconservador, como frutos do mérito ou demérito individual.

Para disseminar essa narrativa de neutralidade e coesão forçada, a ideologia encontra porta-vozes e reverberação em múltiplos setores da sociedade brasileira. A mídia, o meio político e até mesmo esferas acadêmicas podem se tornar veículos que propagam a ideia de que as desigualdades são residuais ou superadas, garantindo assim que a agenda de cortes sociais e o reforço do Estado Penal, não encontrem resistência robusta. O mito da democracia racial, portanto, é a justificativa moral que válida a política antissocial do Estado.

Nesse sentido, o sucesso da imbricação ideológica se manifesta na consolidação de um país que se assume racista, mas desprovido de agentes do racismo. Essa negação, central para o status quo, é amparada por um discurso de fraternidade universal que se abriga sob o manto da religiosidade. A máxima de "somos todos irmãos" opera como um eficiente instrumento de invisibilidade, obscurecendo a violência estrutural e deslegitimando qualquer tentativa de reconhecimento das raízes raciais da desigualdade. Tal retórica, ao invocar uma harmonia fictícia, impede o confronto direto com as manifestações concretas do racismo.

Nesta direção, compreendemos que não é à toa este movimento, pois “desconhecidos esses agentes, nutre-se a impunidade, a invisibilidade, o silêncio e, conseqüentemente, maiores são as dificuldades para seu enfrentamento através de políticas públicas” (Almeida, 2014, p. 132). Em outras palavras, o racismo brasileiro é “um crime perfeito”³, como demonstra Munanga.

³ O professor Kabenguele Munanga, em uma entrevista para o grupo de Diálogos Interculturais do IEA-USP, vai afirmar que “todos os racismos são abomináveis, são crimes, mas eu achei que o racismo brasileiro é um crime perfeito partindo da ideia de um judeu prêmio [Nobel] da Paz que disse uma vez que o carrasco mata sempre duas vezes, a segunda pelo silêncio, e nesse sentido achei o racismo brasileiro um crime perfeito. É como um carrasco que você não vê te matando, está com um capuz; você pergunta pelo racista e você não encontra, ninguém se assume, mas o racismo e a discriminação existem. Esse racismo matava duas vezes, mesmo fisicamente, a exclusão e tudo, e matava a consciência da própria vítima. A consciência de toda a sociedade brasileira em torno da questão, o silêncio, o não dito... Nesse sentido, era um crime perfeito, porque não deixava nem a formação de consciência da própria vítima, nem a do resto da população através do chamado mito da democracia racial [...]. (2016, p. 40). Disponível em: < file:///C:/Users/diego/Downloads/142366-Texto%20do%20artigo-280768-1-10-20180116%20(2).pdf>



Essa corrente ideológica, o neoconservadorismo, manifesta uma profunda aversão à concessão de direitos sociais, especialmente aqueles de natureza universal. Em contraste, ele aborda as carências sociais através de uma ótica moralista e religiosa, oferecendo apenas paliativos, ou "migalhas", como uma forma de aliviar a consciência dos grupos mais privilegiados.

Um exemplo notório dessa dinâmica ocorreu durante o Governo Dilma Rousseff, com a promulgação dos direitos das trabalhadoras domésticas. A reação virulenta de parcelas da elite, notadamente mulheres brancas de alta renda, expôs um profundo racismo disfarçado de descontentamento. Ao perderem o acesso a uma mão de obra historicamente sujeita à exploração, essa resposta demonstrou claramente a lógica subjacente do neoconservadorismo em ação.

É nesse contexto que o impeachment de 2016 se insere. O movimento foi amplamente orquestrado e apoiado pelos setores mais ricos e brancos da sociedade brasileira, com o intuito primordial de bloquear qualquer avanço significativo na proteção social e nos direitos. A ascensão do Governo Michel Temer à Presidência da República concretizou-se por meio de uma vasta articulação que uniu políticos, juristas, empresários, militares e as elites financeiras. Isso não apenas ressuscitou as aspirações da direita brasileira, mas também enviou um claro e severo aviso: se o caminho do voto não for bem-sucedido, a elite está disposta a recorrer a manobras questionáveis e inescrupulosas para tomar o controle do poder.

De imediato, percebe-se que a aliança entre os setores que ascenderam ao poder já estava em pleno desenvolvimento. Com a nomeação de Henrique Meirelles, uma figura proeminente do mercado e do sistema financeiro, para o cargo de Ministro da Fazenda, a ofensiva para reestruturar o orçamento público foi prontamente deflagrada. A Emenda Constitucional 95 (EC 95), de 2016, foi o pilar fundamental que instituiu essa nova direção, estabelecendo um drástico Novo Regime Fiscal. Neste sentido, “no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que [visava vigorar] por vinte exercícios financeiros” (Brasil, 2016).

A paralisação dos investimentos públicos impôs um fardo particularmente pesado sobre as populações de baixa renda, notadamente a população negra, cuja sobrevivência depende criticamente das políticas sociais. O subsequente sucateamento e desfinanciamento desses programas sufocaram qualquer possibilidade de expansão de políticas essenciais que atendem diretamente a essa parcela da sociedade. É fundamental notar que essa manobra fiscal não afetou o fluxo de recursos públicos destinado ao sistema financeiro e ao capital, o que reforça



o cerne da argumentação sobre a ofensiva neoconservadora: a proteção do mercado em detrimento da seguridade social.

Essa mudança de prioridade foi imediatamente visível no campo da Assistência Social. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, liderado por Tereza Campello no governo anterior, foi reestruturado para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, sob a gestão de Osmar Terra. Segundo avaliações do Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural do DF (SINDSASC), os programas iniciados nessa nova administração não atingiram as metas propostas.

No plano da Assistência, uma das primeiras iniciativas desse novo governo foi o Programa Criança Feliz, estabelecido pelo Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016. Embora tenha focado na atenção aos primeiros anos de vida e às gestantes, a escolha da Primeira-Dama, Marcela Temer, como "madrinha" do projeto simbolizou a volta a um modelo paternalista e conservador de abordagem da política social.

O programa, tinha como centralidade as “visitas domiciliares, que têm a finalidade de apoiar e acompanhar o desenvolvimento integral de crianças na primeira infância e apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais” (Brasil, 2017). A implementação desse programa específico ilustra a forma como o governo em questão percebe a Assistência Social: não como uma política autônoma, mas como um apêndice da área da Saúde. Mais preocupante é o fato de essa abordagem remeter ao período inicial da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Historicamente, a LBA operava sob um perfil de eugenia social, buscando de maneira implícita o "branqueamento" da futura população brasileira⁴.

É crucial lembrar que a institucionalização da Política de Assistência, especialmente após a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tinha como objetivo superar a visão segmentada e fragmentada do público-alvo que existia anteriormente. Com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, o foco e a concepção de abrangência passaram a ser centrados na abordagem integral das famílias.

Segundo o SINDSASC, o Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais por meio de uma nota de repúdio informou que “considera o Criança Feliz um programa não

⁴Esse direcionamento pode ser aprofundado em: <https://minerva.ufrj.br/F/GFDX4UYAV2LBRLI868NFQLXTD9MKQCQX85TVPUPMJ2JXBCBCH5-05588?func=short-rank&action=RANK&W01=diego&W02=da&W03=concei%C3%A7%C3%A3o&W04=piedade>



universal, com características de controle, e não de proteção da família”⁵. (SINDISASC, 2018). Já o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) repudiou o Programa, informando que “é um programa que, na essência, prioriza o “terceiro setor”, indo na contramão da LOAS e do SUAS, que priorizam a execução direta do Estado nos serviços, programas e projetos” (CFESS, 2017).

De forma geral, o que observo é que o Governo de Michel Temer serviu como um momento de transição e naturalização da tomada ilegal de um governo que propunha avanços civilizatórios, mesmo que contraditórios e limitados, para um governo de extrema direita, militarista que se baseou na interpretação nacional, da economia, da história, por meio de uma lente moral e racista.

É assim que, em 2018, por meio das eleições, chega à presidência Jair Bolsonaro (PSL), confirmando o êxito do conluio arquitetado no golpe de 2016. A ofensiva neoconservadora que estou demonstrando aqui também teve como sinal a chegada de Deputados e Senadores que, junto com Bolsonaro, passaram a legitimar diversas atrocidades. É o que Coggiola (2020, p. 23) vai nos informar ao dizer que

nesta eleição o Partido Social Liberal (a sigla de aluguel transformada da noite para o dia em fourre-tout do bolsonarismo) obteve 52 cargos de deputado, mas tratou-se de um conjunto cuja única “coerência” foi dada pelo fato de 21 deles serem policiais (sem contar os militares retirados), ou seja, uma unidade não política, mas corporativa, acompanhada de uma campanha heterogênea de “traidores”.

Um traço distintivo adicional dessa investida neoconservadora, agora materializada em um governo de extrema-direita, reside na sua capacidade de legitimar a brutalidade. Esse governo não só permitiu a banalização das violências perpetradas pelas forças de segurança estatais nas vias públicas, mas também favoreceu a consolidação de um bloco político militarizado. Esse bloco passou a usar a máquina legislativa para criar normas destinadas a precarizar a existência das classes mais vulneráveis e a dominar o debate dentro do próprio Parlamento.

Paralelamente, essa gestão operou sob uma ótica econômica distorcida e elitista. Tendo o Ministro Paulo Guedes como expoente, um adepto convicto da doutrina de austeridade rigorosa para a população e de flexibilidade generosa para o sistema financeiro, o governo dedicou-se a impedir o desenvolvimento social para os trabalhadores. Essa metodologia de

⁵ Disponível em: < <http://sindsascgdf.org.br/noticia/2018-05-28-16-5040-sobre-o-%22crian%C3%87a-fel%22> >.

gestão permaneceu em vigor até o limiar do ciclo eleitoral, momento em que houve um esforço desesperado para injetar grandes volumes de recursos na tentativa de influenciar o resultado nas urnas.

Segundo a Carta Capital⁶, o gabinete de transição entre governos, do governo Bolsonaro para o governo Lula, identificou como a gestão de extrema direita foi destrutiva para o Brasil. No campo da Assistência Social, por exemplo,

a) o Bolsa Família ficou congelado durante os três primeiros anos do Governo Bolsonaro. Nas vésperas do ano eleitoral, foi criado o Auxílio Brasil, que começou a ser pago em novembro 2021; b) O desenho mal-feito, a ampliação açodada por motivos eleitorais do número de beneficiários e a completa desinformação às famílias geraram um aumento de mais de 200% no número de cadastro de pessoas que declararam morar sozinhas (unipessoais). O TCU estima que perto de 3,5 milhões desses beneficiários sejam irregulares. Os custos desses erros e desvios pode ter chegado a mais de R\$ 6 bilhões; c) houve um desmonte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que é a porta de entrada da população empobrecida e vulnerável ao Estado. O SUAS, para funcionar, precisaria de, no mínimo, R\$ 2,5 bilhões. Bolsonaro deixou um orçamento de R\$ 49 milhões em 2023, valor que não suporta 10 dias de funcionando do Sistema. (Carta Capital, 2022).

A concessão apressada de empréstimos autorizados pelo Governo Bolsonaro visando a captação de votos para o pleito de 2022 acarretou um grave ônus para a subsistência das famílias brasileiras: o aumento do endividamento.

Nesse cenário, as famílias negras já majoritárias nos programas de transferência de renda do Governo Federal, conforme sua própria análise indica, são as mais atingidas. A combinação de elevadas taxas de juros com a insegurança sobre a continuidade do recebimento dos benefícios (fundamentais para a quitação das parcelas) transformou esses créditos em uma verdadeira cilada econômica.

Essa medida, coerente com outras ações daquela gestão, funcionou como uma estratégia indireta de transferência de capital para o setor bancário. O custo dessa operação recaiu diretamente sobre o sofrimento e o endividamento crônico dessas famílias mais vulneráveis, servindo como um pretexto para realocar recursos públicos para as instituições financeiras.

⁶ Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/economia/a-resposta-de-guedes-a-mercadante-sobre-o-brasil-estar-quebrado-com-bolsonaro/>>.





Considerações Finais

Como afirmamos, o Estado antissocial tem sido regra nas vidas população pobre e negra no Brasil. Ainda que estes acessem estruturas básicas por meio das políticas sociais, é a face punitiva que é naturalizada e legitimada por ideologias nefastas como o neoconservadorismo. E nesta direção, é o Estado que cumpre o duplo papel, de racionalizar um ethos mercadológico anti-solidário e ao mesmo tempo de vitimar desigualmente parte da população nacional.

Os 2 primeiros governos (Temer e Bolsonaro), que sucederam o golpe de 2016, foram astuciosos em aprofundar essa ideologia neoconservadora nas ações do Estado, por meio da destruição dos investimentos sociais, desmonte de avanços civilizatórios e aumento da pulsão de morte via ações militaristas violentas.

Esses governos, cumpriram o papel de falsear a história, omitindo as crises e tensões internas, se apropriando de ideologias como a de democracia racial entrelaçada com o neoconservadorismo, assentando na realidade brasileira uma falsa normalidade, visando no fim, a estabilidade de repasses robustos da riqueza nacional para o capital às custas do sangue de pobres e negros.

Referências

ALMEIDA, Magali S. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. Rio de Janeiro: **rev. Em Pauta**. n 34. 2014.

Boschetti, Ivanete. **Assistência Social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL, Política Nacional de Assistência Social. Disponível em:<

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>

COGGIOLA, Oswaldo. **Governos militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2020.

IASI, Mauro Luís. In: IASI, Mauro. **Política, Estado e ideologia** – na trama conjuntural. São Paulo: ICP, 2017.

OSORIO, Jaime. Sobre o Estado, o Poder político e o Estado Dependente. In: **Temporalis**, Brasília, nº 34, jul/Dez, 2017.

PEREIRA, Camila Potyara. Nova direita, corporocracia e política social. In: PEREIRA, Potyara A. P. **Ascensão da Nova Direita e colapso da Soberania Política**: transfigurações da política social. São Paulo: Cortez, 2020.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara A. Do Estado social ao Estado anti-social. In: PEREIRA, Potyara A. P. et.al (org.). **Política social, Trabalho e Democracia em questão**. UnB, Brasília, 2009.





PIEDADE, Diego da Conceição. RACISMO, AUTORITARISMO E NEOLIBERALISMO NA TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: entrecruzamentos na travessia do desenvolvimento institucional. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2023. Disponível

em: <<https://minerva.ufrj.br/F/GFDX4UYAV2LBRLI868NFQLXTD9MKQCQX85TVPUPMJ2JXBCBCH5-05588?func=short-rank&action=RANK&W01=diego&W02=da&W03=concei%C3%A7%C3%A3o&W04=piedade>> Acesso em 05 de outubro de 2025.

WACQUANT, Loic. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro, Instituto carioca de Criminologia, Revan, 2003.

